

O PROGRAMA DA ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA*

Caio Prado Jr.

I

Já se observou que há certos termos que de tão repetidos ao acaso acabam por substituírem-se completamente as idéias que pretendem definir. Transformam-se em puros conceitos, sem conteúdo próprio algum, e deixam de imprimir um certo modo de pensar para se tornarem simples reflexos de uma atitude pessoal de quem os emprega. É nesta altura que ignorância e má fé exultam. Incapazes ou sem vontade de discutirem idéias, elas se apegam a tal conceito que as exime da responsabilidade e esforço de raciocinarem.

É isto que se dá atualmente entre nós com a palavra “extremismo”. Quem será hoje capaz de defini-la, dando-lhe com precisão o sentido real que entre nós comporta no momento? Extremismo é nos dias que correm quanto não estejam dentro das normas políticas oficialmente estabelecidas. Dentro de um critério tão amplo, evidentemente, cabem todos os programas políticos que se batem por reformas, sejam elas quais forem, da nossa estrutura política e econômica. A Aliança Nacional Libertadora não poderia por isso escapar da pecha de extremista. Desprezando a posição conformista que é a de quase todos os partidos brasileiros, lançando desassombradamente as bases de uma transformação profunda da economia e da política brasileira, transformação esta que o mais medíocre espírito rotineiro, sendo sincero e honesto, há de reconhecer necessária, a A.N.L. tinha forçosamente que incidir nas iras do reacionarismo oficial e cair nesta vala comum do nosso “extremismo” feito sob medida.

O programa da Aliança é claro e preciso. Ela se bate contra o imperialismo porque este é responsável pela nossa situação de semicolônia das

(*) Os artigos que se seguem, num total de oito, foram extraídos em pesquisa realizada junto ao Jornal *A Platéia*, publicados nos dias 25, 26, 29, 30, 31 de julho, 1.º, 2 e 3 de agosto de 1935. Este jornal (dirigido por Raphael Sampaio Filho) encontra-se no acervo do *Arquivo do Estado de São Paulo*. Agradeço a Sérgio Amad Costa a transcrição do material.

grandes potências que dominam o mundo; e daí a impossibilidade do país em constituir para si uma estrutura econômica nacional, própria e autônoma. O antiumperialismo não quer apenas dizer a anulação das nossas dívidas, a nacionalização das nossas empresas estrangeiras. Estas medidas são unicamente meios para um fim, que é a independência do país. Dívidas e empresas imperialistas constituem pontos de apoio em que se funda a dominação estrangeira. São os tenáculos pelos quais o capital imperialista exerce sua pressão, subordinando a política brasileira e toda nossa vida aos seus interesses particulares, impedindo que resolvamos nossos próprios de acordo com as conveniências do país e seus habitantes. O Brasil está na posição do devedor insolúvel nas mãos de um credor implacável. Da mesma forma que um indivíduo qualquer, asoberbado por dívidas e compromissos que ultrapassem suas possibilidades, se torna incapaz de dirigir a vida como bem entende, organizá-la de acordo com suas exigências e necessidades próprias, assim também o Brasil, posto em situação idêntica, se torna presa de imposições alheias que lhe embarçam toda atividade útil e necessária aos seus interesses. A A.N.L., procurando resolver este problema fundamental da nacionalidade, se coloca no terreno que deveria ser de todos aqueles que prezam seu país.

O segundo item fundamental do programa aliancista é a transformação do nosso sistema agrário. Há muita gente que imagina que a organização atual da economia agrícola brasileira é idêntica a de qualquer outro país do universo. Partindo de tal premissa, é natural que se argua de extremista qualquer reforma daquela organização. Existe aí uma confusão, se não um erro considerável. Embora regido por um sistema jurídico semelhante ao de outros países, o Brasil, e com ele um grupo numeroso de nações mais ou menos idênticas a nós (entre estas, as nações latino-americanas), possui um regime agrário nitidamente individualizado. É o regime da "fazenda" e do "latifúndio", que ninguém encontrará, por exemplo, nos países da Europa e que na própria terminologia oficial da ciência econômica tem um nome particular: "plantation system", sistema de plantação.

Tal regime, podemos caracterizá-lo numa palavra, é a exploração agrícola em larga escala fundada do trabalho assalariado, ou semi-assalariado, em todo caso totalmente subordinado ao proprietário, de camponeses sem terra. Os inconvenientes econômicos, políticos e sociais de um tal regime são consideráveis. Mas não é só por estes inconvenientes diretos que sua transformação se impõe no Brasil. Por seus caracteres próprios, o sistema agrário da fazenda e do latifúndio, se liga a todos os demais elementos da vida econômica e política do país. Torna-se a base principal do imperialismo dominador, e é assim um dos responsáveis pelo regime semicolonial em que vivemos. Se o Brasil ainda é esta "colônia dos trópicos", como nos chamam lá fora, devêmo-lo em grande parte à organização de nosso campo. A população rural que moureja nas fazendas brasileiras constitui não uma nacionalidade, fundamento necessário de um país livre, autônomo e soberano, mas a massa bruta de "nativos" que ao lado dos "felás" do Egito, dos camponeses da Índia e de outras colônias, servem apenas de pedestal a glória e poderio econômico das grandes potências da Europa, da América e da Ásia.

Levantar material e moralmente esta massa, criar nela uma personalidade própria que viva para si e não para a grandeza daquela parte privilegiada

do Universo, é ser extremista unicamente aos olhos daqueles que ou por ignorância ou por interesses individuais não se pejam de ver sua qualidade de brasileiros ligada à humilhante condição de “nativos dos trópicos”. Isto porque nunca saíremos da situação em que hoje nos encontramos sem uma transformação capaz de fazer do camponês nacional um cidadão livre, consciente e digno como o camponês daqueles países que hoje o conservam à margem da civilização e do progresso.

II

A Aliança Nacional Libertadora se apresentou com um programa de reformas profundas. O país as exige. Quem analisar a situação brasileira com um pouco mais de vagar e profundidade que os escribas da política dominante, há de sentir forçosamente uma profunda angústia pelo futuro do nosso país. Não é só uma crise cíclica e passageira que o momento atinge. A crise que atravessamos não é mais que o bistruri que fez explodir um tumor já maduro que há muito tempo já existe latente. O mal verdadeiro é muito mais profundo. *O Brasil é sem mais nem menos, um país precocemente decadente.* Não podemos nos iludir com alguns arranha-céus novos que se constroem nas nossas principais cidades, nem tão pouco com o fogo-fátuo de uma cultura, qual o algodão, que aos mais otimistas parece revelar um futuro risonho. Tudo são apenas estertores de moribundo. O Brasil regride vertiginosamente. E quando falo Brasil, refiro-me particularmente a São Paulo, porque os demais estados — salvo talvez uma ou outra exceção — já estão nesta fase de decadência há muito tempo.

A economia brasileira, desde seus primórdios, tem vivido em ciclos sucessivos que se possuem uma fase ascendente de progresso ilusório possuem também outra, a esta fatal e irremediável de decadência. Tal foi a história do açúcar, que fez a grandeza da Bahia, de Pernambuco, e de outros Estados nordestinos; também o foi da mineração, que fez de Minas Gerais num certo momento uma província aparentemente próspera; o mesmo se repetiu com a borracha da Amazônia. Por ciclos sucessivos, temos assistido a este despertar rápido de uma região, para vê-la, logo depois, reduzida a uma sombra do passado. No lugar de uma riqueza que se vai para sempre, estende-se a ruína e a desolação.

No momento atual assistimos a um regresso semelhante, relativo ao café, no Estado de São Paulo. Há quase um século é o café nossa grande riqueza, o fundamento da economia paulista. O café teve sua fase de progresso que durou, pode-se dizer, até há uma quinzena de anos; aí estagnou embora a realidade fosse momentaneamente oculta por valorizações artificiais e ilusórias. Hoje, caímos vertiginosamente. As exportações decrescem, seu valor decai, os nossos concorrentes vão paulatina e “seguramente” conquistando nossas posições. O café repete tal qual o ciclo do açúcar, da mineração, da borracha. São Paulo refaz a história de outras regiões do país e decai depois de um brilho fugaz e ilusório.

Para se avaliar o que significa para nós esta decadência do café, basta-nos lançar os olhos para certas regiões do Estado que já foram ricas e prósperas

enquanto nelas florescia a cultura do café: o Vale do Paraíba, o litoral norte, e saindo um pouco de São Paulo, as outoras progressistas cidades do Estado do Rio, nossas vizinhas. O que se passou nestas regiões está-se repetindo atualmente no resto do Estado. No extremo-oeste da civilização, na ponta dos trilhos das nossas estradas de ferro de penetração, existe uma aparência de progresso. Estendem-se as culturas, surgem novas cidades. Mas este progresso é ilusório; ele se faz à custa do Estado que se despova e empobrece. O desenvolvimento do sertão paulista não cria nada de novo; ele significa apenas um deslocamento para o oeste dos centros progressistas do Estado. Mas para cada deslocamento sucessivo há, no total, uma perda líquida. As zonas novas ganham menos do que perdem as velhas. Tanto assim que, em conjunto, temos perdido de ano para ano. A nossa produção vem caindo há muito tempo. A princípio e (...) * relativos à população, a produção "per capita". Atualmente já em termos absolutos. Em 1924 a exportação paulista já ultrapassara 2.000.000 de contos; e isto com a libra abaixo de 40\$000. Em 1928 e 29 conseguimos novamente passar a casa dos 2 milhões; mas já aí o valor ouro de nossa moeda começara a cair. E desde então, até hoje, embora o mil-réis descesse para a mais vil das cotações, nunca mais atingimos aqueles números. De ano para ano perdemos terreno vertiginosamente.

Mas a culpa disso é do café, dirão: temos hoje o algodão que o substituirá com vantagem. Só quem é muito ingênuo poderá crer que o algodão possa vir algum dia preencher os claros da nossa economia decadente. Trata-se de um produto em franca superprodução mundial. A relativa insignificância da produção paulista e brasileira permite que, por enquanto, ela se desenvolva rapidamente. Mas logo chegaremos, se ainda não chegamos, ao ponto de saturação. E estaremos ainda muito longe de um progresso capaz de contrabalançar o que perdemos do outro lado. E para que não haja ilusão sobre as nossas possibilidades futuras, nesse terreno basta lembrar um paralelo com o caso do café. Se com o café, lutando contra concorrentes relativamente fracos (Colômbia e outros países do mesmo naipe) depois de possuírmos um monopólio virtual deste produto, estamos sendo desbancados, o que será com o algodão, onde partimos de quase zero e temos de vencer potências do calibre dos Estados Unidos e Inglaterra nas suas colônias da Índia e Egito? Não será certamente o algodão que nos salvará, como não é nenhum produto-panacéia. Mesmo que encontrássemos este novo produto salvador, por enquanto desconhecido, não iremos repetir novamente um destes ciclos a que já me referi que não têm representado para nós senão um progresso fugaz e ilusório, que não constrói nada de sólido e estável e deixa atrás de si apenas decadência e miséria?

Não. O Brasil precisa remodelar sua economia, reformá-la de alto a baixo. De nada lhe serve queimar o café ou deixar de queimá-lo, suprimir barreiras alfandegárias ou elevá-las ainda mais: criar novos impostos e taxas ou reduzir as que aí estão. Tudo isso serão paliativos que, se satisfazem por um lado, prejudicam por outro. O nosso mal é profundo, é medular. Precisamos extirpá-lo se queremos ser uma nação digna deste nome.

(*) Palavra ilegível no original.

A população rural do Brasil é avaliada em cerca de 75% da população total do país. Isto é suficiente para mostrar a importância do nosso setor agrário. A produção agrícola é a base de toda a estrutura econômica do país. Ninguém poderá contestá-lo. Existe uma indústria brasileira; mas ela é apenas subsidiária, representa um apêndice que se liga e depende inteiramente da agricultura, que está na base de nossa economia. Voltarei noutra oportunidade a falar sobre a indústria, sua importância e seu papel e aí ficará evidenciado que ela não possui senão uma posição secundária e inteiramente dependente.

Qual o traço característico da estrutura agrária do Brasil? Neste terreno pouco temos evoluído desde os primórdios da colonização. A colonização do Brasil pelos portugueses teve um único objetivo: a produção de certos gêneros tropicais de grande procura na Europa. Os colonos lusitanos que nos procuraram tiveram esta finalidade primordial: a obtenção destes gêneros agrícolas. Não vieram a fim de se estabelecerem, constituir no Brasil uma nova sociedade, numa palavra, povoar o país. É nisto que nos distinguimos radicalmente das colônias da Nova Inglaterra, núcleo primitivo dos futuros Estados Unidos, onde os colonos foram para povoar, e não simplesmente explorar riquezas naturais e lançar seus produtos no mercado internacional.

A distinção é importante. E isto porque condicionada por tal finalidade, a economia brasileira se revestiu de características particulares que ainda hoje perduram. Os colonos portugueses, como empreiteiros da colonização, organizaram o país de acordo com o fim que tinham em vista: apropriaram-se das terras e importaram da África a mão-de-obra necessária para explorá-la.

Assim o sistema de fazenda a que anteriormente já me referi, e que se caracteriza pela grande propriedade agrícola monocultural, trabalhada por camponeses sem terra (escravos, mais tarde assalariados ou semi-assalariados) é uma consequência direta do tipo e da finalidade da colonização brasileira. Estes três caracteres: grande propriedade, monocultura, trabalhadores não proprietários, são formas que derivam naturalmente, é fácil constatá-los do tipo geral da colonização brasileira. Os colonos europeus, senhores da colônia e organizadores da sua economia, tinham forçosamente que adotar estes três caracteres para chegarem ao fim que tinham em vista: a produção em grande escala de gêneros agrícolas procurados no exterior.

As consequências deste fato logo saltam aos olhos: o Brasil se tornou por ele um simples apêndice da economia européia; o seu papel não foi mais que o de produtor de matérias-primas; passou a existir unicamente em função da economia da Europa. Não se constituíram os elementos necessários para uma vida economicamente autônoma, independente. O primeiro fator para isto seria que a produção do país se destinasse, senão no todo, pelo menos na sua parte mais considerável para atender as necessidades do próprio país, da sua população. Noutras palavras, que se formasse aqui um mercado interno. Mas não foi isto que se deu. A grande massa brasileira se constituiu de escravos, simples instrumentos de trabalho utilizados para satisfazerem necessidades do mercado exterior.

A abolição, embora suprimisse o trabalho escravo, não alterou substancialmente tais condições. Ao escravo substituiu-se o trabalhador assalariado, igualmente dependente e sujeito ao grande proprietário. E da mesma forma que antes importávamos negros da África, passamos a importar imigrantes europeus. E esta semelhança é tão sensível, que ela transparece na própria legislação brasileira. Ainda há pouco, o governo de São Paulo promulgou um decreto que regula a imigração, estabelecia que antes de se tornar proprietário, o imigrante deve trabalhar nas fazendas, como assalariado, por dois anos no mínimo.

Nenhuma das transformações políticas porque passou o país, primeiro a independência, depois a república, alterou este quadro fundamental de sua economia agrária. E é por isso que, apesar delas continuamos com uma economia colonial e primitiva. Continuamos uma imensa feitoria produtora de matérias-primas exigidas pelo estrangeiro.

Compreende-se agora a ligação íntima que existe entre o imperialismo e o nosso país. Dadas condições econômicas brasileiras, o país se torna particularmente vulnerável e é por isso que o imperialismo consegue impor-se da forma que se impõe. A luta contra ele está assim intimamente ligada à transformação da nossa estrutura econômica, a começar pela sua base, o regime agrário.

IV

A solução dos nossos problemas está numa transformação profunda da estrutura econômica do país. Sem isto nada se fará de realmente útil. Não é suficiente uma simples mudança de governo. Acusam-se os governos de todos os males. E, de fato, são eles os responsáveis diretos. Mas precisamos considerar que um governo não é senão reflexo de condições preexistentes. Como exigir um governo bom, se aquelas condições são más? Neste sentido o dito popular "cada povo tem o governo que merece" é perfeitamente exato. O que o Brasil exige não é uma mudança de homens no poder, mas, antes de tudo, um programa de reformas, e reformas fundamentais. Ninguém que compreenda as atuais condições do país poderá contentar-se com retoques e expedientes oportunistas. Tudo isso serão medidas precárias que nada resolvem e só servem para adiar as soluções verdadeiras.

Para começar precisamos varrer esses restos de uma economia arcaica e colonial legados pelo passado e, que até hoje, apesar das revoluções e mudanças políticas porque passamos, ainda perdura como cancro a infetarem o organismo da nação. Precisamos reconstruir nossa economia na base de uma nação livre e progressista. O Brasil não pode continuar eternamente como feitoria destinada a produzir unicamente café, algodão, borracha e outras matérias-primas exigidas pelos mercados exteriores. O que ele precisa, para se tornar outra coisa mais do que uma colônia tropical, é cuidar das necessidades próprias, desenvolver todas as suas forças produtivas, numa palavra, basear sua economia na vida nacional, na vida interna do país, e não nos interesses da economia internacional.

Contra isso levantam-se dois obstáculos: de um lado o regime agrário, organizado para ser o que somos: uma colônia fornecedora de matérias-primas e incapaz, portanto, de servir de fundamento a uma vida econômica nacional. De outro, a penetração imperialista, que longe de favorecer nosso desenvolvimento, tem todo o interesse em nos manter na situação atual, que é condição necessária da perpetuação de seu domínio.

De que forma impede o regime agrário atual o desenvolvimento e a independência econômica do país? O primeiro passo para esta independência é a criação de um mercado interno. É a existência de um mercado interno que caracteriza um país economicamente autônomo. Os Estados Unidos apesar de sua formidável produção exportam apenas 7% dela: o resto é para seu consumo próprio. Mais ou menos a mesma coisa se passa em todos os países independentes do mundo. Pelo comércio, o Brasil é obrigado a exportar cerca de 1/3 do que produziu, isto porque o regime de fazendas e grandes propriedades agrícolas que é o nosso, exige como condição primordial uma grande massa camponesa, pouco remunerada e portanto de poder aquisitivo mínimo. Enquanto perduram tais condições, é natural que o escadouro de nossos produtos tenha que ser unicamente o exterior, uma vez que a grande maioria da população, constituída de camponeses, é incapaz de consumir em proporções ponderáveis.

E, dentro das condições atuais, não existe esperança de ver o poder aquisitivo, a capacidade de consumo desta massa rural se desenvolver. A economia agrária brasileira, o regime de grande propriedade que possuímos assenta nestes dois fundamentos, ligados entre si e estreitamente dependentes um do outro; o mercado exterior e a baixa remuneração dos trabalhadores agrícolas. A alteração de qualquer um destes fundamentos desequilibrará a estrutura toda. Com a melhor remuneração dos trabalhadores, aumentará o preço de custo dos produtos, e a fazenda perderá seu mercado. Douro lado, não interessa absolutamente perder o mercado externo, substituindo-o pelo interno, porque para isto terá que reduzir consideravelmente sua margem de lucros e sua possibilidade de expansão. Encontramos a prova disto no caso do açúcar, um dos únicos produtos importantes de consumo interno, cujos preços remunerados são mantidos unicamente à custa de restrições do plantio da cana que fazem dos poucos plantadores e usineiros existentes verdadeiros privilegiados, em prejuízo dos demais produtores do país. Se se quisesse aplicar o mesmo sistema aos demais produtos, seria necessário frear todas as nossas forças produtivas, limitando praticamente sua expansão, exatamente como se faz hoje com o açúcar. Evidentemente isto não constitui um futuro risonho.

A solução de nosso problema agrário e a criação de uma economia nacional e progressista só podem ser obtidas com a transformação do próprio regime agrário, isto é, pela abolição do sistema de fazendas e grandes propriedades e entrega das terras aos camponeses.

Para muitos e, particularmente, para os escribas da situação dominante, esta divisão é um processo natural que se está desenvolvendo sem necessidade de uma transformação brusca e forçada. Dê-se tempo ao tempo, dizem eles, e a fazenda e a grande propriedade desaparecerão naturalmente pelo retalhamento progressivo e automático dos grandes domínios.

Não é isto no entanto o que demonstram os fatos. É certo que em zonas velhas, já esgotadas e por isso imprestáveis, pelo menos momentaneamente, a fazenda desaparece, e dá lugar às pequenas propriedades. É o que se passa, por exemplo, na Zona Norte de São Paulo, e também no litoral. Mas isto não resolve o problema, porque a fazenda continua e continuará dominando nas terras mais aproveitáveis; e, nas zonas esgotadas, onde a pequena propriedade consegue desenvolver-se, longe de se tornar um fator de progresso, ela representa antes um elemento de atraso. Haja visto esta economia de caboclos, rotineira e decadente, que invadiu as zonas mais velhas do Estado, abandonadas pela fazenda quando as terras deixaram de ser férteis e produtivas.

Terra muito aproveitável quer dizer fazenda. Isto se verifica em toda parte. O fenômeno é bem sensível e há um caso que, particularmente, o ilustra. Na região de Campinas e municípios vizinhos, onde a cultura cafeeira começara a se tornar precária, há uns anos passados, a pequena propriedade se desenvolveu durante algum tempo. Mas bastou que se descobrisse um outro processo capaz de substituir o café (foi o algodão) para que só estancasse o progresso dela e se verificasse, em sentido contrário, uma nova concentração de propriedade rural, o reaparecimento e revigoramento da fazenda.

A transformação do nosso regime agrário não será, não pode ser obra do simples jogo de fatores naturais. Ela exige a intervenção política do Estado. A divisão da propriedade no Brasil não pode ser deixada à simples evolução espontânea, que nunca a provocará, mas terá que ser forçada por medidas políticas e legais. E é por isso que a A.N.L. a inscreveu no seu programa.

V

Analizamos ontem o papel do regime agrário brasileiro, isto é, do latifúndio e da fazenda, como obstáculos à formação de uma economia nacional, autônoma e progressista. Falaremos hoje do imperialismo.

Na economia mundial contemporânea o Brasil não representa apenas o papel secundário e colonial de produtor de matérias-primas destinadas ao mercado internacional. Representa ainda o de campo de aplicação do capital imperialista.

O imperialismo é um fenômeno moderno. Ele representa o acúmulo considerável de capitais em países altamente desenvolvidos, como a Inglaterra, os Estados Unidos, a França e outros; acúmulo este que faz com que o território de cada um daqueles países se torne pequeno demais para comportar tal excesso de capital acumulado. Desaparecem as aplicações nacionais rendosas, e a tendência dele é então procurar o estrangeiro.

Resulta daí uma expansão financeira das grandes potências capitalistas modernas, cujos efeitos são particularmente sentidos por aqueles países mais fracos, como o Brasil, incapazes por motivos de ordem política e econômica de oporem barreiras a esta penetração que os reduzem a colônias mais ou menos disfarçadas. Dispondo de elementos de luta e capacidade de concorrência formidáveis, o capital imperialista vai-se insinuando, às vezes aberta e

violentamente, com guerras de conquistas e pilhagem — como se deu nas colónias da Ásia e África; e, na América, com a conquista pelos Estados Unidos de territórios mexicanos, Texas, Novo México, Califórnia; ou então, veladamente, através de uma penetração pacífica, à custa de toda sorte de expedientes em que suborno e corrupção representam papéis de primeira importância. O último inquérito realizado pelo Senado dos Estados Unidos, em 1934, sobre transações no estrangeiro efetuadas por firmas americanas, revelou fatos os mais escandalosos. Todo o mundo se recorda disso.

Neste caso está o Brasil. Não fomos conquistados pelas armas, porém há muitos anos vem o capital imperialista ganhando terreno entre nós. Ele já ocupou nossas principais fontes de riqueza: jazidas minerais, quedas d'água, estradas de ferro, portos, serviços públicos: bondes, telefones, esgotos etc. Domina os mais importantes setores do nosso comércio: do café (nas mãos de firmas americanas que são os maiores exportadores: Theodor Wille e Cia., American Coffee etc. e dos ingleses, através do financiamento realizado por Sazard Bros e outros); do algodão (isto particularmente no Norte; em São Paulo estamos indo pelo mesmo caminho e firmas estrangeiras como Anderson Clayton e outras já se apressam para disputarem mais este setor da economia paulista); das frutas cítricas, hoje dominado por um *trust* britânico de que participa a companhia inglesa de navegação, a Blue Star Line; da carne congelada, nas mãos dos grandes frigoríficos americanos e ingleses: Armour, Swift, Continental, Anglo. Poderíamos alongar a lista. Mas com que vantagem? Não há quem no Brasil não sinta que, para onde quer que nos voltemos, esbarramos fatalmente com empresas estrangeiras imperialistas, onipresentes e onipotentes. Mas não é só. Através de empréstimos onerosos e realizados por governos desonestos muito mais para favorecerem banqueiros estrangeiros que necessidades próprias do Brasil, conseguiram os imperialistas dominar até a própria administração brasileira. Prova o papel humilhante do nosso Ministro da Fazenda indo pessoalmente bater às portas dos nossos credores a pedir-lhes favores e ordens. Prova ainda o famoso banquete em que o presidente da República recebeu a incumbência, por ordem dos banqueiros ingleses e americanos, de detectar o fechamento da A.N.L.

Desta penetração imperialista resultam vários efeitos altamente prejudiciais ao País e à grande maioria dos brasileiros. O reduzido número de magnatas e intermediários, tipo Simonsen, Numa de Oliveira e outros, que dela se aproveitam, são um punhado apenas a se locupletarem à custa do sacrifício do País todo. Alguns exemplos apenas destes prejuízos, entre muitos outros, bastarão para ilustrar nossa situação relativa ao capital imperialista. Em primeiro lugar, fecham-se para os brasileiros todas as possibilidades de aplicação da sua atividade porque não lhes é possível lutar com concorrentes poderosos e aguerridos que vão, paulatinamente, absorvendo tudo. Um exemplo do que nos espera no futuro é dado por Cuba, onde tudo praticamente é propriedade americana (os ingleses também possuem alguma coisa), e onde os nacionais ficaram reduzidos a simples empregados de empresas estrangeiras. Se não chegarmos lá, estamos perto, e muito perto, se não mudarmos logo decididamente a orientação do país.

Doutro lado, este capital estrangeiro, aplicado no Brasil, exige remuneração, resultando daí a evasão formidável de recursos que se verifica anualmente no País. E é esta a causa, entre outros efeitos, da impossibilidade

em que até hoje nos vimos de controlar este elemento que deveria ser essencialmente nacional: a moeda. A instabilidade do mil-réis, as suas oscilações bruscas e catastróficas são uma das causas principais das dificuldades em que nos debatemos. Ninguém pode contestá-las. E quem é o responsável senão aquela evasão formidável do nosso ouro? Como equilibrar a nossa moeda e estabilizar a vida do País, se ela está continuamente à mercê dos capitalistas estrangeiros que movimentam os maiores recursos brasileiros que são de sua propriedade? Basta-lhes retirar do Brasil algumas disponibilidades e o câmbio rodará; suspendam as remessas e as cotações subirão. E, assim, manejando os cordões da economia brasileira de seus longínquos escritórios de Londres e New York, e tendo em vista unicamente seus interesses próprios, consegue meia dúzia de banqueiros estrangeiros jogar com a vida e os interesses de 40.000.000 de brasileiros!

Não precisamos ir mais longe para compreender que, em tais condições, não é possível construir no Brasil uma economia nacional, realizar um programa de desenvolvimento das nossas forças produtivas e da nossa capacidade econômica. Tudo que fazemos e podemos fazer é em função de interesse alheio.

E interesses que na grande maioria dos casos são contrários aos nossos. É preciso frisar isto muito bem porque, se nossa dependência é um fato que ninguém contesta, nem mesmo os mais acitrados defensores do imperialismo, o argumento com que se costuma justificá-lo é que ele concorda com os interesses do país. "O capital estrangeiro que nos procura favorece o Brasil, auxilia o nosso progresso", alegam os lacaios do imperialismo, tipo Assis Chateaubriand. E existem infelizmente ingênuos que acreditam em tais impostores. Mas não é difícil desmascará-los. É o que faremos amanhã.

VI

Quando se analisam as vantagens ou desvantagens da aplicação no Brasil de capitais estrangeiros surge uma questão preliminar a ser resolvida antes de mais nada. Este capital traz realmente alguma coisa de novo? Ele aumenta o "haver" econômico da nação? Para muita gente tal pergunta parece inútil. Pois se estas companhias e empresas estrangeiras que se estabelecem no Brasil ou nos fazem empréstimos, se aplicam aqui seus capitais, pode-se duvidar que contribuam com alguma coisa? De fato, a coisa parece à primeira vista evidente. É que o mecanismo imperialista é organizado justamente de modo a criar estas ilusões, tanto mais perigosas que enganam qualquer um que não se tenha detido com vagar sobre a questão. Na realidade, o *capital estrangeiro que nos procura é produzido no próprio Brasil*. Somos nós que o fornecemos, e só nominalmente, por efeito justamente da exploração imperialista, de que somos vítimas, é que ele não nos pertence. Os capitalistas estrangeiros, aplicando aqui seus capitais, não fazem outra coisa senão lançar mão de fundos que nós mesmos lhes fornecemos.

É fácil a constatação. Tome-se, por exemplo, o caso da Inglaterra. De 1913 a 1934, o aumento das inversões de capitais ingleses no Brasil (os cotados oficialmente na Bolsa de Londres) foi de £ 50.263.563. No mesmo

período pagamos de juros, também unicamente por capitais cotados na Bolsa, £ 139.148.253. Recebemos 50, pagamos 139. Ciamos primeiramente estes números referentes unicamente a títulos cotados na Bolsa, porque para eles há dados oficiais e rigorosamente exatos (*The South American Journal*, n.º 13 de abril de 1935). Podemos também lançar mão de dados referentes às aplicações em geral de capitais ingleses e americanos. Trata-se aqui de cálculos aproximados, mas suficientemente exatos. Segundo investigações de Sir Georges Paish (citados por J. F. Normano, *The Struggle for South America*, p. 54), a aplicação total de capitais ingleses e americanos no Brasil, não só os cotados oficialmente, mas o total, foi no período 1913/1929 de £ 130.000.000. Não há dados para os capitais de outras proveniências — franceses, italianos etc. Mas como eles são relativamente pequenos, podemos desprezá-los. Ora, em 1928, segundo cálculo oficial, que figura na mensagem presidencial de 3 de maio de 1929, o Brasil pagou de amortizações, juros de empréstimos e dividendos de empresas estrangeiras, £ 24.469.370. Não possuímos dados para anos anteriores. Mas admitindo que nestes 17 anos do período citado pagássemos, em média, metade do que pagamos em 1928 — o que é calcular muito baixo — teremos que despendar mais de £ 200.000.000. Recebemos do imperialismo £ 130.000.000; pagamos ao imperialismo mais de £ 200.000.000.

Vê-se portanto que, segundo dados oficiais e, portanto, insuspeitos, o Brasil de 1913 até hoje, há 22 anos, ou seja, quase o período de uma geração, paga muito mais que recebe. Os capitais estrangeiros que se aplicam no Brasil, portanto, não somente saíram daqui, mas ainda representam apenas uma parcela do que fornecemos.

É esta nossa situação. E situação que continuamente se agrava. O imperialismo é como uma destas moléstias infecciosas que, uma vez atacando o organismo, se estendem por si próprias. Instalado no país, ele se desenvolve progressivamente de uma forma automática. Como isto? Como vimos, o Brasil em 1928 pagou ao imperialismo cerca de £ 25.000.000; hoje estamos pagando, segundo cálculos bastante exatos, mais de £ 30.000.000. Ora o saldo da nossa balança de contas, isto é, o que dispomos, depois de pagar as importações, para saldar dívidas e compromissos, não passa de £ 13.000.000 (esta é a média do último quinquênio 1930-1934). Há um déficit portanto; e esta diferença, não podendo ser paga, é capitalizada aqui mesmo e vai agravar os pagamentos dos anos seguintes, igualmente já deficitários. E, assim, automaticamente, os nossos compromissos vão aumentando vertiginosamente, sem que recebamos coisa alguma em compensação. Sem que os capitalistas estrangeiros desembolssem um só vintém, seus capitais no Brasil vão crescendo em proporções geométricas.

É este nosso caso. Pode-se ainda afirmar que o imperialismo nos favorece? O papel dele, sem esforço ou sacrifício algum da sua parte, sem nos prestar serviço de qualquer espécie e girando unicamente com capitais produzidos no próprio Brasil, é ir absorvendo todas as nossas riquezas. Será isto auxílio, ou a mais torpe das explorações? E, diante disso, venha alguém ainda afirmar que o Brasil não pode viver sem o capital estrangeiro...

É preciso que cesse tal situação. Não podemos continuar neste passo, cedendo ao imperialismo, de mão beijada, todos os nossos recursos. E para isso só há uma solução e esta radical. O mal precisa ser cortado pela raiz.

Exatamente como se amputa um membro grangrenado que ameaça infectar o organismo todo, precisamos amputar o imperialismo. Qualquer traço dele que aqui se conservar infeccionará novamente todo o País. E é por isso que a A.N.L. inscreveu no seu programa a anulação das dívidas estrangeiras e a nacionalização das empresas imperialistas. Trata-se de uma medida radical. Mas quem for capaz de compreender a gravidade do problema, interpretar os interesses de 40.000.000 de brasileiros, ameaçados de completo aniquilamento; e tenha a coragem suficiente para atitudes firmes e desassombradas; este não negará por certo a necessidade de tal medida. Doa a quem doer, mas salve-se a nação.

VII

Antes de terminar minhas considerações sobre os aspectos econômicos do programa da A.N.L. para passar depois ao seu conteúdo propriamente político, não quero esquecer a questão da indústria brasileira que, aliás, prometi analisar num artigo anterior. A questão é, por vários motivos, importante: em primeiro lugar, porque se a economia agrária brasileira apresenta traços nitidamente coloniais, a indústria parece denotar a possibilidade de um ressurgimento nacional independente de reforma da nossa estrutura econômica e política. Além disso, a importância do assunto está em que, para muita gente, a indústria brasileira, e particularmente a paulista, tão vangloriada, parece oferecer margem para um progresso efetivo e ilimitado da economia e da riqueza nacional. Este progresso, portanto, ao contrário do que venho afirmando, não exige transformações políticas e econômicas, e é possível nas condições atuais. Finalmente, quero analisar aqui a indústria brasileira, porque ela é uma das provas mais paupáveis da fragilidade da nossa economia.

Tornou-se um hábito, e nada mais que um hábito, tecer loas à nossa indústria, particularmente a paulista. Repetem-se, inconscientemente, sem um exame mais cuidadoso, frases feitas como esta que figura nos bondes da Light: "São Paulo é o maior centro industrial da América do Sul"; ou, então, conclusões de economistas apressados "O Brasil já saiu da sua fase agrícola para entrar na industrial." Repete-se aqui, repete-se acolá, e a coisa vai passando em julgado como certa e definitiva, sem que se procure analisá-la com atenção. No entanto a verdade é bem outra.

O progresso da indústria brasileira tem sido insignificante e, comparado com o de qualquer país, notem bem, qualquer um de indústria medianamente desenvolvida, seu papel é ridículo. O que possuímos é um mínimo que todo país, por menos industrial que seja, possui. Assim a Argentina, por exemplo, que ninguém se lembra de chamar de um país industrial, possui, proporcionalmente, mais que nós. A produção industrial brasileira é orçada em 5.500.000 contos; a argentina é de quase 3.000.000 (conversão do peso ao câmbio oficial: /3:400). No entanto, sua população é 312 vezes menor que a nossa. Tomando-se o caso de São Paulo, esta "potência industrial", de que possuímos dados mais pormenorizados — que faltam para o Brasil em conjunto — a comparação é a seguinte:

(1933)

Números de fábricas — São Paulo: 6.555; Capital: 1.906.482 contos; Operários: 171.667; Produção: 2.060.363 contos. Números de fábricas — Argentina: 29.796; Capital: 3.481.222 contos; Operários: 257.359; Produção: 2.962.488 contos. E a Argentina possui uma população apenas 50% maior que a de São Paulo.

A grandeza industrial brasileira, compreendida a paulista, não passa de um mito, explorado para os efeitos de propaganda e justificação do industrialismo precário e artificial que possuímos. Quem tenha deitado-se com vagar no assunto terá sentido a inanidade de tudo quanto a respeito se diz correntemente.

A fraqueza orgânica da indústria brasileira se sente muito bem quando se considera que, apesar da sua exiguidade, ela ainda precisa ser artificialmente restringida. Assistimos ao espetáculo aparentemente paradoxal de uma indústria apenas nascente que se vê a braços com problemas de países altamente industrializados. Há indústrias brasileiras que há anos, muito antes da crise, vêm seguindo uma política de acordos para redução artificial da produção. Como, por exemplo, a indústria de tecidos de juta. Existem medidas legais, ainda em vigor, que proíbem a importação de maquinismo para certas indústrias, entre outras de papel e as de tecidos. Tudo com o fim de restringir a produção. Isto mostra que a capacidade de progresso industrial é tão pequena no Brasil que somos obrigados a lançar mão de artifícios para impedir o seu desenvolvimento, fazendo o que fazem os Estados Unidos e outras potências diante das quais a indústria brasileira praticamente não existe.

Por que isso? A primeira condição do progresso industrial de um país qualquer é a existência do mercado interno. Todos os países que progrediram industrialmente tiveram antes que o criar e o desenvolver. É esta a lição da história. Como pode o Brasil, dadas suas atuais condições, que descrevemos anteriormente, com uma capacidade aquisitiva mínima, possuir uma indústria digna deste nome? O resultado destas condições é o que vemos: alcançando um certo grau de desenvolvimento, embora mínimo, logo há superprodução. A indústria nacional produzindo uma insignificância, assim mesmo produz demais. E isto porque à qualquer progresso real opõe-se a barreira intransponível de um mercado interno ridículamente estreito. Nestas condições, para que o Brasil realmente se desenvolva no terreno industrial, é imprescindível uma extensão dele.

Esta questão já foi analisada em artigos anteriores e depende, como vimos, de uma transformação profunda da nossa estrutura econômica, no sentido que indicamos. O problema industrial brasileiro se articula portanto ao problema econômico geral do país: não pode ser destacado, como tão comumente se faz, para ser estudado à parte. Sua solução depende, como todos os demais problemas brasileiros, de uma solução de conjunto.

Do que ficou dito podemos tirar duas conclusões. Em primeiro lugar, a indústria brasileira não constitui, presentemente, um elemento de progresso; e isto porque seu desenvolvimento não somente é pequeno demais, mas ainda é fatalmente limitado pelas condições econômicas gerais do país,

que independem dele e que precisam ser preliminarmente reformadas. Não é, portanto, no estado atual, que a indústria será capaz de suprir as falhas existentes em outros terrenos da nossa economia e promover o progresso do Brasil.

Em segundo lugar, nossa indústria é mais uma prova da debilidade orgânica da economia brasileira. Hoje nenhum país será forte e grande se não contar com uma indústria desenvolvida; e este desenvolvimento é hoje impossível no Brasil, porque a isto se opõem as condições gerais da sua economia.

VIII

As reformas econômicas que vimos analisando e que representam a solução única dos problemas fundamentais da nacionalidade não podem depender da atual situação dominante. Nada podemos esperar dela, e isto porque a política oficial brasileira do momento se apóia justamente nestes dois elementos cuja supressão está na base do programa proposto: o laudínio e o imperialismo.

Qual a organização atual da política brasileira? Ninguém se iludirá por certo com estas instituições de fachada, como eleições e representações “democráticas” em nossos parlamentos. Se formos aos fatos, havemos de verificar que toda política brasileira gira em torno desta hierarquia de “chefes” locais, que vai desde o chefe do distrito ou município, até os grandes “pagetes” de zonas. E das alianças e acordos, das rivalidades e das lutas destes chefes que sai toda a atividade política brasileira. Partido dominante é aquele que consegue agregar em suas hostes maior número de chefes locais; e as oposições são em regra constituídas dos chefes por um motivo ou outro descontentes. Antes de 30, o domínio incontestável do P.R.P. em São Paulo não tinha outro fundamento. E quando, depois de 30, inicialmente com o apoio do poder central, o P.C. iniciou a construção de sua máquina política, não são outras as bases a que recorreu.* E aos chefes locais que apelou, e uma boa parte daqueles que outrora faziam o prestígio do Partido Republicano, agregou-se às suas fileiras. É isto, e só a isto, que ele deve seu sucesso eleitoral. Com a diferença que o P.R.P. teve quarenta anos para se organizar, chegando a arregimentar a quase totalidade dos chefes locais paulistas. Enquanto o P.C., com menos de dois anos de existência apenas, não logrou ainda um sucesso tamanho. Mas é uma questão de tempo e de organização. Com a vantagem do poder nas mãos, o P.C. em breve se tornará uma reprodução fiel e exata do P.R.P. antes de 1930.

Isto quanto à política local dos Estados. Quanto à federação, ela não se faz senão na base desta política estadual. Em última análise, portanto, seu caráter é o mesmo.

(*) Referência ao Partido Constitucionalista, fundado em 24 de janeiro de 1934, através da fusão do Partido Democrático com a Ação Nacional, Liga da Defesa Paulista, Federação dos Voluntários etc. Ver Edgard Carone, *A República Nova*, Difel, p. 327. (Nota da Apresentação).

O "material" da política brasileira é assim constituído, por esta rede de chefes, cada qual com sua base num setor mais ou menos amplo, município, distrito ou zonas. Qual o caráter desses chefes? Na sua grande maioria são fazendeiros ou elementos ligados diretamente aos fazendeiros. Em todo o interior, onde a política tem seus principais redutos, os chefes locais de maior influência são em regra também os maiores fazendeiros da zona; se não diretamente, pelo menos sempre através de elementos a eles ligados. Em última análise, todos os chefes locais brasileiros possuem esta base fundiária, na qual assentam seu prestígio e sua força.

Compreende-se muito bem que uma política assim constituída não pode servir de arma de luta contra o regime agrário do país, porque é nele justamente que ela se apóia.

Outro fundamento da política nacional é o imperialismo. É o capital estrangeiro que há muitos anos vem financiando a administração brasileira. É este um ponto já analisado anteriormente e sobre o qual será inútil voltar. A nossa política se prende organicamente ao banqueirismo internacional que lhe serve de sustentáculo financeiro. Não é de se admitir por conseguinte que se volte contra ele.

Como se vê, as duas bases principais em que assenta a política atual brasileira constituem barreiras intransponíveis opostas a reformas de nossa estrutura econômica. Elas aí estão, pelo contrário, a garantir-lhe a perpetuidade. É preciso substituí-las, recorrer a outras forças, se não quisermos a manutenção das condições atuais. E isto não será possível senão através de uma democratização cada vez maior da nossa organização política. Só a intervenção direta e efetiva da grande massa popular brasileira logrará orientar nossa política por novos rumos. É esta a única força com que podemos contar para a realização das transformações de que necessita o país. E é por isso que a A.N.L., pondo-se à frente daquele movimento de reformas, inscreveu no seu programa a defesa e a ampliação das liberdades populares. Isto porque estas liberdades amplas são a arma de que se utilizará a democracia brasileira para chegar a dominar realmente no país. Sem elas a democracia será sempre um mito. Não é evidentemente a sua simples consagração, num texto constitucional, que torna a democracia uma realidade. Está aí a confiança de muita gente. Não é porque a constituição brasileira declara, solenemente, que nosso regime é democrático, que ele o será necessariamente. Democracia, como outro regime qualquer, não precisa ser declarada, o principal é que se pratique. E o que significa "praticar a democracia" senão conceder ao povo liberdades de que ele precisa para agir, manifestar e influir na política e na administração do país?

E que isto não existe no Brasil não precisamos insistir. Todas as atividades populares, quando não são sumariamente vetadas, são submetidas a um controle policial férreo e rigoroso que lhes tira toda a liberdade de ação. Está aí o exemplo recente da A.N.L., fechada sumariamente, seguindo-se a prisão de seus militantes, sem que se arguisse contra um e outros um único fato provado ou mesmo verossímil. E no caso da A.N.L. estarão todas as organizações que tiverem por base movimentos populares. Porque nesta infável democracia em que vivemos, tudo quanto cheira a povo se torna suspeito. Se a A.N.L., exatamente com o mesmo programa com que se apresentou tivesse orientado sua ação no sentido de conchavos e camba-

lachos na base de chefes e chefetes, exatamente como fazem as organizações políticas oficiais; se não se tivesse dirigido diretamente ao povo, desperdando nele um amplo movimento de reivindicações, partidas dele próprio e não impostas; então a Aliança não teria sido fechada, e gozaria de todos os direitos. Mas bastou que assumisse um caráter popular, bastou que se apresentasse como um movimento realmente democrático, para que se voltassem contra ela todas as iras oficiais. É que nesta democracia de fachada toda a política é permitida, contanto que não parta do povo; contanto que o povo seja mantido afastado como simples espectador passivo e submisso dos manejos do alto.

A democracia não existe no Brasil. E é por isso que assistimos a este paradoxo de ver um movimento democrático, num regime que se diz democrático, taxado de "extremista" e "subversivo". A democracia brasileira ainda precisa ser conquistada. E conquistada por uma frente comum de todos aqueles que compreendem a impossibilidade de realizar no Brasil, dentro dos quadros atuais da situação dominante, uma política progressista e acorde com os interesses fundamentais do país.

A A.N.L. não morreu. E não pode morrer porque ela representa os anseios mais profundos e mais sentidos da nacionalidade. O governo, a política e todos os destrutadores da situação atual podem unir-se contra ela nesta frente comum sinistra de esmagamento das aspirações populares. Aí está a lição da história que nos mostra a inanidade destes estertores de uma situação moribunda e em decomposição. Resta-lhe ainda uma arma: a força bruta, as metralhadoras, os gases lacrimogêneos, os carros de assalto das suas polícias especiais, as enxovias e as deportações. Mas este último recurso é a maior prova de sua fraqueza. Porque não será sobre o desencadeamento de uma reação brutal e selvagem que os governos atuais poderão erguer seu prestígio e sua estabilidade insanaavelmente comprometida.

A A.N.L. foi fechada. É possível que o poder judiciário, a quem hoje está afeita a questão, faça frente comum com o governo. Mas a Aliança não é senão um prólogo. De uma ou de outra forma ela ressurgirá amanhã. E ressurgirá vitoriosa, porque sua vitória será a vitória da nação.